

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**  
**CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS**  
**CURSO DE JORNALISMO**

JOVEM INFRATOR:  
POBREZA, ABANDONO E VIOLÊNCIA

MICHELLY NOGUEIRA MARQUES

SÃO PAULO/SP

1º SEMESTRE 2019

**JOVEM INFRATOR:  
POBREZA, ABANDONO E VIOLÊNCIA**

MICHELLY NOGUEIRA MARQUES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marcia Detoni

SÃO PAULO/SP  
1º SEMESTRE 2019

“Este Trabalho de Conclusão de Curso não reflete a opinião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Seu conteúdo e abordagem são de total responsabilidade de seu autor.”

Para Claudio e Rafael

Se não quiser uma cidade suja, não deposite lixo na urna.

(Mário Sergio Cortella)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Dona Eliana, minha mãe, meu amor e meu exemplo de vida. Sem sua força e dedicação nada seria possível.

Agradeço também a uma grande mulher que admiro pela garra e dedicação com a família Nogueira, uma pessoa maravilhosa que tenho como referencia de bondade e de um espírito generoso, Amélia Sales Nogueira, vulgo: Amelinha. Obrigada por todo direcionamento.

Ao meu grande companheiro de todos os momentos, Thiago, obrigada por toda paciência e todos os momentos que foi jornalista comigo. Obrigada por acreditar nos meus sonhos e lutar por eles.

Em meio à loucura, é impossível não agradecer ao Dimi, meu melhor amigo. Ele me dava amor e conforto ao final de cada dia cansativo e nas ansiedades constantes. Obrigada por ter sido minha fonte de forças.

Agradeço ao conselheiro tutelar Gledson Silva por compartilhar suas histórias de luta contra a violência infantil e por dividir suas experiências como defensor das medidas socioeducativas.

Ao promotor de Justiça e ex-presidente da Fundação Casa, Márcio Elias Rosa, muito obrigada pelo tempo disponibilizado para mostrar o posicionamento da Fundação Casa e compartilhar sua vivência como Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo.

Minha gratidão ao diretor técnico da Fundação Casa, Adilson Fernandes, por ser franco em sua entrevista e mostrar como a Instituição pode evoluir para melhor todos os dias. Além de compartilhar seu grande conhecimento sobre as medidas socioeducativas.

Agradeço ao W.J por deixar o medo de lado e lembrar seu passado dentro da Fundação Casa e que, ao compartilhar sua história,

contribuiu para verificarmos os maiores erros cometido pela instituição. Obrigada pela confiança.

Ao ex-diretor da Instituição, Juarez Alves, agradeço pelo capricho em sua entrevista e a boa vontade em me auxiliar na construção do livro-reportagem. Assim como a assistente social do Projeto Gaia, do município de Guarulhos, Mariana Piovesan, obrigada por toda consideração e atenção.

Agradeço a Ingrid por abrir seu coração e contar sobre os momentos mais difíceis de sua vida. Obrigada por compartilhar o que é ser uma mãe na periferia e os maiores obstáculos que enfrenta diariamente.

Agradeço a minha orientadora, Márcia Detoni pela paciência e por todas as sugestões que me deu durante a construção do livro-reportagem. Obrigada por escutar sobre meus objetivos dentro da profissão e entender a importância da realização desse projeto para a criança e o adolescente.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso traz uma reflexão sobre a prática do Jornalismo social. A importância dessa profissão para uma nação é ajudar a construir a democracia. Tal convicção embasou a produção do livro-reportagem “Jovem Infrator: pobreza, abandono e violência”. O trabalho apresenta e discute os relatos de violações dos Direitos Humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, cometidos dentro da Fundação Casa, localizada no Estado de São Paulo. A instituição é acusada de ser conivente, com atos de violência e torturas por parte de funcionários contra o adolescente, e omissa quanto às denúncias. Para a produção da reportagem, foram ouvidos especialistas em direito da criança e do adolescente; eles esclareceram quais são os obstáculos enfrentados pelos jovens infratores, antes e depois de passarem pela Fundação Casa, e porque a reinserção social é algo distante dos menores reincidentes.

Palavras-chave: Fundação Casa. Menor infrator. Reincidência. Jornalismo social.



## ABSTRACT

This Course Conclusion Paper brings a reflection on the practice of social journalism. The date of this learning is a democracy and a democracy. This conviction was based on a production of the book-report "Young Offender: Poverty, Abandonment and Violence". The paper presents and discusses the rights of violations of Human Rights and the Statute of the Child and Adolescent - ECA, with eggs within the Casa Foundation, located in the State of São Paulo. The institution is accused of being conniving, with acts of violence and torture by officials against the adolescent, and omitting the complaint. For the production of the report, specialists in child and adolescent law were heard; The principles that refer to the rights of violators, before and after passing through the Casa Foundation, and because social reintegration is a way to ward off minor offenders

Keywords: Home Foundation. Minor offender. Recidivism. Social journalism.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	P.9
2. REFERENCIAL TEORICO.....	P.10
2.1 Crianças abandonadas e o menor infrator.....	P. 10
2.2 A Febem.....	P.11
2.2.1 Fundação Casa.....	P.12
3. AS REPORTAGENS SOCIAIS E O COMPROMISSO DO JORNALISTA.....	P.12
4. DESENVOLVIMENTO DA PEÇA.....	P.15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	P.19
6. BIBLIOGRAFIA.....	P.21
7. APÊNDICE.....	P.22

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo Kovack e Rosentiel (2003, p. 29), a finalidade do jornalismo é fiscalizar o poder público, informar o cidadão para que se autogoverne e dar voz aos que não têm. Vigiar os representantes do povo é prestar um serviço para a manutenção da democracia, onde as informações se tornam necessárias para todos serem livres.

Desde que entrei no curso de Jornalismo, em 2016, sempre me identifiquei com o jornalismo investigativo e as questões sociais. A profissão é fundamental para fiscalizar os abusos do poder público e para construir uma sociedade mais justa e democrática.

Por isso, quando relatos de infrações cometidas por funcionários da Fundação Casa chegaram a essa repórter, por meio de fontes que preferem se manter anônimas, percebi a gravidade dos atos infracionais denunciados para o desenvolvimento de nossa juventude e de nosso país.

A falta de cuidado e fiscalização com a criança abandonada e o menor infrator ocasiona uma perda para o país, derivada de o fato ser sempre pessoas em fase produtiva, ou seja, jovens. É nesse tempo que as pessoas mais contribuem para a criação de valor para a sociedade.

A Fundação Casa é acusada de ser conivente com atos de violência e torturas por parte de funcionários contra o adolescente e omissa quanto as denúncias. Propus-me, então, a investigar tais relatos e verificar, também, como as medidas socioeducativas, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, são aplicadas.

Os dados apresentados no livro-reportagem “Jovem Infrator: pobreza, abandono e violência” mostram que mais de oito mil jovens vivem, atualmente, dentro da Fundação Casa no estado de São Paulo. Para entendermos melhor a origem desse grande número de adolescentes infratores

e o descaso do estado em relação a eles, o livro-reportagem aborda as questões estruturais que levaram a criança e o adolescente pobre à criminalidade.

Além da reportagem sobre a Fundação Casa, o Trabalho de Conclusão de Curso inclui uma pesquisa teórica sobre a prática jornalística, que buscou responder a seguinte pergunta: Qual o papel do jornalismo social na construção de uma sociedade mais democrática? O tema foi abordado a partir das obras de Christofolletti, Kovack e Rosentiel.

Segundo Kovack e Rosentiel, (2003, p. 77) a primeira obrigação do jornalista é com a verdade. A profissão é uma atividade que revela informações da realidade e junta fatos desconexos para uma maior compreensão social. Segundo Christofolletti, (2008, p. 18) o jornalismo é uma prática que orienta, instrui e denuncia desmandos e desvios.

## **2. REFERENCIAL TEORICO**

### **2.1. Crianças abandonadas e o menor infrator**

As missões religiosas no Brasil colonial tinham como objetivo catequizar os índios. Os jesuítas contavam com a ajuda de soldados portugueses para tirar os índios das aldeias, levando para os aldeamentos, conhecido como missões. Esse trajeto muitas vezes contava com o uso da força e violência, afastando as crianças dos pais. (FEBEM, 1997).

Durante o século XVIII, por iniciativa da igreja católica, foram fundadas as Casas de Recolhimento dos Expostos (como eram chamados os abandonados), intensificando, desta maneira, os abandonos de crianças.

No Rio de Janeiro foi criada a Roda dos Expostos, um dos momentos mais marcantes no histórico dos abandonos. Nela, as crianças eram deixadas em abadias, mosteiros e irmandades beneficentes, porque os pais, por alguma razão, não as podiam criar, um instrumento, que na verdade, estimulava o abandono. (FEBEM, 1997. p. 6)

A partir do século XX surgiram efetivas ações por parte do poder público para mudar a forma que as crianças abandonadas e carentes eram atendidas. Nesta época, elas eram de responsabilidade dos delegados de polícia, por isso, os juristas anunciaram a necessidade de criar uma lei de proteção ao menor. (SOUZA, 2012)

Em 1902 Cardoso de Almeida, chefe de polícia de São Paulo, apresentou o projeto de um Instituto Disciplinar, que cuidasse dos chamados “pequenos criminosos”. A fundação do Instituto foi autorizada pelo Governo Estadual no mesmo ano. Em 1922, no Rio de Janeiro, então capital federal, após o Código de Menores, feito pelo Juiz Mello de Mattos, foi criado o primeiro estabelecimento público de atendimento a menores. (FEBEM, 1997)

## **2.2. A Febem**

Em 1964, para coordenar as Entidades Estaduais de proteção às crianças e adolescentes, foi implantada a Política Nacional do Bem-Estar ao Menor – PNBEM. Em seguida, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FEBEM. Dando continuidade a práticas sociais repressivas. Para combater as violências herdadas do SAM, em 1979 o Código de Menores foi promulgado, sendo repudiado por vários setores sociais. (FEBEM, 1997).

Ficou a cargo dos Estados da Federação a execução de seus programas através da FEBEM [...] Além dos prédios e equipamentos a FUNABEM herdou do SAM as práticas repressivas e em função disso sucumbiu – apesar das repetidas reformulações em seus programas de ação. (FEBEM, 1997. p. 10)

Entre 1984 e 1986 organizaram-se seminários, comissões estaduais e encontros nacionais para formular soluções e defender os direitos da infância e juventude, além de denunciar todas as violências e arbítrios praticados. Em 1988 a nova constituição reconheceu, através do artigo 227, os direitos básicos e fundamentais da criança e adolescente. Sua persistência e determinação

foram coroadas de êxito a 13 de julho de 1990: foram revogados o Código de Menores e a PNBEM e promulgada a Lei nº8.069, o ECA.

### **2.2.1. Fundação Casa**

A mudança de nomenclatura para Fundação Casa se deu por meio da Lei Estadual 12 469/06, aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo em dezembro de 2006. A Fundação Centro de atendimento Socioeducativo ao Adolescente é a instituição vinculada à Secretaria de Estado e da Defesa da Cidadania, na qual presta assistência a jovem de 12 a 21 anos em privação de liberdade e semiliberdade em todo o Estado de São Paulo. As decisões, determinadas pelo poder Judiciário, são aplicadas conforme o ato infracional e a idade do jovem, baseado nas medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que analisa métodos pedagógicos, sociais, psicológicos e psiquiátricos para que o jovem tenha uma correta reintegração na sociedade. (SOUZA, 2012)

## **3. AS REPORTAGENS SOCIAIS E O COMPROMISSO DO JORNALISTA**

A importância do jornalismo está justamente em sua principal finalidade, “fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH e ROSENTIEL, 2004, p. 31). A investigação é fundamental para o exercício do jornalismo. Percebemos que o fator social e o compromisso com a cidadania estão enraizados no jornalismo investigativo, uma vez que reestabelecer acontecimentos importantes e expor ilegalidades é dar visibilidade ao ignorado e, principalmente, carrega a intenção política de corrigir abusos de poder.

O jornalismo se caracterizou, entre seus aspectos, como uma prática social. Segundo Nilson Lage, (2014, p. 20) “o jornalista pode ser visto como um intermediário na convivência social da informação ou, de maneira específica, como agentes a serviço de causas do interesse público”. De acordo com o autor, a razão dessa duplicidade é histórica e suas consequências ganham

relevância numa época em que as narrativas impostas se sobrepõem e determinam os fatos.

Para selecionar as informações, de acordo com Traquina (2005) o jornalismo e a mídia têm dois critérios: ideológico e econômico. O primeiro é voltado para a população, onde o profissional tem como foco o serviço público. O segundo valoriza os interesses financeiros das empresas de comunicação.

Segundo Pereira, (2004, p. 3), “Cães de guarda da sociedade, princípio da responsabilidade social, imprensa como o “Quarto Poder”, todos esses termos estão relacionados ao ideário de jornalismo”. De acordo com essas concepções, o jornalista estaria numa categoria diferenciada das demais profissões. Por princípio, o profissional é comprometido com a sociedade – que lhe delega uma responsabilidade de ter uma missão, auxiliando para a fiscalização nas instituições, com o intuito de preservar os valores democráticos. (PEREIRA, 2004).

De acordo com Christofolletti, (2008, p. 16) “[...] o jornalismo é uma atividade social, que revela e interliga fatos desconexos para uma maior compreensão e interação humana”. O profissional lida com interesses políticos, sociais e econômicos, tendo uma grande participação na construção da reputação do poder público. “É um campo que dissemina afirmações, reforça preconceitos, forma opiniões e organiza (ou tenta organizar) o cotidiano das pessoas. Por isso, a responsabilidade cresce no exercício dessa profissão, já que há muita coisa em jogo”. (CHRISTOFOLETTI, 2008).

Desde que a população passou a enxergar o jornalismo como uma prática social voltada para o coletivo, segundo Christofolletti, as atividades jornalísticas são vinculadas à verdade e à fidelidade dos fatos e versões. “O entendimento geral é de que o noticiário nos auxilia a compreender o mundo ao redor e que as manchetes permitem alguma organização dos acontecimentos passados”. (CHRISTOFOLETTI, 2008. p. 27)

Compreender o mundo, de acordo com Kovach e Rosenstiel, também é uma das funções do jornalismo. Segundo os autores, (2003, p.31) “o jornalismo só tem uma resposta: agir”. A imprensa a tem o poder de criar o

conhecimento comum, com base na realidade, por isso, é difícil, olhando para o passado, separar o conceito de jornalismo do conceito de criação de uma comunidade e mais tarde da democracia. (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003).

A função do livro-reportagem, de acordo com Lima (2004, p. 39) “é informar e orientar em profundidade sobre ocorrências sociais, episódios factuais, acontecimentos duradouros, situações, ideias e figuras humanas”. Desta maneira, é oferecido ao leitor um retrato da contemporaneidade, sendo capaz de situa-lo diante das várias realidades que o cercam e que lhe mostram o sentido e o significado do mundo atual. (LIMA, 2004)

O poder do jornalismo e dos jornalistas mostra a importância das suas responsabilidades sociais. (TRAQUINA, 2005). Segundo o autor, não é possível tornar a notícia uma simples mercadoria e ignorar a existência dos ideais sociais, que mantém a legitimidade ao tema abordado.

Existe uma relação simbiótica entre jornalismo e democracia na teoria democrática. Mas a teoria democrática define claramente um papel adversarial entre o poder político e o jornalismo, historicamente desde o século XIX, chamado “O Quarto Poder”. (TRAQUINA, 2005, p. 26)

O jornalismo de hoje é uma espécie de sol em torno do qual gravita um sistema planetário, constituído pelas modernas invenções tecnológicas. A vida em um jornal moderno implica em todas as injunções econômicas, políticas e sociais. Tal soma de pressões amplia o volume de suas responsabilidades. Por isso, a liberdade de informação é reduzida. De acordo com Alberto Romero (p. 43), a imprensa desfruta de uma liberdade teórica, quase mitológica. O jornalista não exerce apenas uma profissão: exerce uma vocação.

Quando KOVACH e ROSENSTIEL falam sobre a obrigação do jornalismo com a verdade, resumem a função do mesmo. O jornalista, com cautela, gera uma união harmônica entre o público e a informação, por meio da construção e sentido de uma linguagem comum. A importância do jornalista



reflete dentro do cotidiano da população. O instinto da percepção é necessário para o profissional obter a informação que se encontra ao seu redor. A divulgação clara e concisa da notícia auxilia para ordenar a sociedade a planejar o futuro.

A relação do jornalismo com a democracia é explícita. Quando o jornalista se encontra com a verdade e pode repassá-la à população, o povo ganha a chance de se autogovernar, permitindo, desta maneira, a consolidação da democracia.

#### **4. DESENVOLVIMENTO DA PEÇA**

Este trabalho de conclusão, em formato de livro-reportagem, é dividido em quatro capítulos para abordar os principais pontos que ocasionam a violência sofrida e cometida pelos menores infratores.

Dois ex-funcionários da Fundação Casa, atual diretor técnico, assistente social da liberdade assistida (LA), conselheiro tutelar das medidas socioeducativas, ex-secretário de Justiça e Cidadania e ex-presidente da Instituição Disciplinar, menor infrator que passou pela privação de liberdade e a mãe de um adolescente traficante foram entrevistados.

Para explicar diversos fatores sociais, o conselheiro tutelar, Gledson Silva, foi a primeira pessoa que entrevistei para esse livro-reportagem. Nossa conversa durou 1h30 e, através dela, consegui informações e arquivos valiosos para a construção do livro-reportagem. Uma servidora pública, que trabalha há 22 anos na Instituição, e que prefere não ser identificada, me ajudou a conseguir a entrevista com o diretor técnico da Fundação Casa, Adilson Fernandes.

Conversei com Fernandes cerca de 40 minutos na sede administrativa da Fundação Casa. Após a entrevista, Adilson me deu seu livro sobre menores infratores e o sistema socioeducativo, no qual me ajudou a construir o livro-reportagem.

Querendo ir mais além, durante a produção do trabalho, almejei conversar com o presidente da Fundação Casa, pois seria o ideal para entender a que passo anda a instituição no combate as irregularidades cometidas contra os menores infratores.

Em 2018, na época da construção do livro, o responsável pelo cargo era Marcio Fernando Elias Rosa, que também era Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo. Elias Rosa é comentarista do Jornal da Cultura, emissora na qual faço estágio, por isso, eu tive um fácil acesso ao promotor para pedir a entrevista. Prontamente, Elias pediu para que eu entrasse em contato com seu assessor de imprensa, Denilson Araujo, para conversamos na sede administrativa.

Dois ex-funcionários da Instituição toparam em participar desse livro-reportagem. Para expor as irregularidades, o primeiro que conversei foi o ex-diretor da Fundação Casa, Juarez Alves, que me respondeu por e-mail todas as perguntas caprichosamente. O outro ex-funcionário era o ex-carcereiro de uma unidade, no entanto, ele não quis se identificar, mas suas respostas me revelaram a participação das Facções Criminosas dentro da Instituição.

Após escutar várias vezes da Fundação Casa que o município é um dos principais motivos para a reincidência, fui até a cidade de Guarulhos conversar com a ONG responsável pelas medidas socioeducativas em meio aberto.

A Fundação Casa negou o meu pedido para entrevistar algum menor cumprindo a medida de internação. O que me restou foi perguntar pelas ruas se alguém conhecia um adolescente que passou pela Fundação Casa. E a resposta era sempre sim.

No entanto, quando eu entrava em contato e perguntava se eles topavam em conversar sobre suas experiências dentro da instituição, a maioria dizia que não. Havia uma mistura de medo com desconfiança de quem eu era e o que eu faria com seu depoimento. O motivo: muitos voltaram para o tráfico.

Em um restaurante, no qual trabalho diariamente após o estágio, uma amiga me apresentou ao W.J., ex-interno da instituição. O jovem topou

em compartilhar sua história, mas, seu único pedido foi para que eu não revelasse a sua identidade.

Após finalizar todas as entrevistas, o primeiro capítulo “Manual de Práticas para Ingressar na Fundação Casa” mostra como a criança e o adolescente foi influenciado a chegar ao mundo do crime. A ordem cronológica dos acontecimentos é importante para entendermos a partir de quando uma criança abandonada se torna a vilã da sociedade.

Minha primeira visita ao CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação Histórica me fez conhecer o livro “Falando de abrigo” produzido na época, pela antiga Fundação Casa (FEBEM). Esse material foi a base para eu compreender o histórico do menor abandonado e redigir a primeira parte.

Após a explicação histórica no livro-reportagem, W.J conta um pouco das suas experiências dentro da instituição e como chegou ao crime. No decorrer do primeiro capítulo, os especialistas descrevem o que leva a criança e o adolescente para o tráfico. Para finalizar, a primeira parte te convida a entender o que acontece após o jovem ser preso pela polícia.

O nome do segundo capítulo “De encontro com a FEBEM”, faz uma alusão ao antigo método da Fundação Casa, onde as questões antiéticas eram muito mais agravantes, as humilhações eram mais constantes e as agressões não eram investigadas.

O segundo capítulo aborda as denúncias contra os servidores públicos e todas as outras irregularidades que comprometem a boa reestruturação. É nessa parte que entram as fotos cedidas pelo Conselho Tutelar e as denúncias registradas pelo disque 100.

Para finalizar, o capítulo encerra questionando a moral e a ética do servidor público e como as capacitações são inadequadas para o tipo de trabalho que vão seguir.

Para o terceiro capítulo foi usada a pesquisa “E aí Voltei para o Corre”, feita pelo Instituto Sou da Paz. A realidade do jovem morador da periferia é repercutida no livro e, também, traz dados sobre as maiores

polêmicas da instituição. O estudo foi fundamental para complementar as entrevistas dos especialistas.

O quarto e último capítulo contém três tópicos, o primeiro: “De Volta ao Município”, retrata a realidade dos menores que voltam para ao município após a medida de internação e como é sua vida depois de passarem pelo regime fechado. A assistente social, Mariana Piovezan, explica como é feita a distribuição da verba e quais recursos utilizam pra suprir a insuficiência do valor repassado.

O segundo tópico se chama: “A Mãe do Menor Infrator”; Ingrid, a personagem principal, contou como é enfrentar o tráfico de drogas todos os dias. A cozinheira conta como é ser a mãe de um menor infrator e como o filho era antes de entrar para o crime. O lado humano é revelado, também, pela assistente social, Mariana Piovezan.

O último tópico, “A Reestruturação” diz sobre a volta do menor infrator para o município e como é a vida após passar pela privação de liberdade. A citação do pensamento de Gusdorf deixa claro que o adolescente fica em busca de uma liberdade fantasiosa.

Após sair da Instituição, a criança e o adolescente voltam ser doutrinados pelas Organizações Criminosas. Sem estudo, o morador da favela não sai da bolha em que vive, permanecendo ignorante e ignorado pelo Estado. A falsa ideia de liberdade permanece entre os menores infratores, por isso, Mariana Piovesan contou como o Projeto Gaia tenta reverter isso quando saem da internação.

A capa do livro mostra uma criança atrás das grades, passando um sentimento de pena. Cada bibliografia foi fundamental para eu aprender sobre a realidade do menor infrator e conhecer seu histórico.

“Falando de Abrigo”, o livro produzido pela FEBEM, antiga Fundação Casa, me ensinou sobre o menor abandonado e como foi criado o Centro de Atendimento Socioeducativo ao adolescente. O livro “Integração SINASE/SUAS”, escrito pelo diretor técnico, Adilson Fernandes, me auxiliou para descobrir como o menor é visto pela sociedade e como funciona a

aplicação das medidas socioeducativas. Os livros sobre jornalismo e suas definições me auxiliaram para entender que eu estava no caminho certo dentro da ética na profissão.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso apurou os relatos de infrações cometidas pelos servidores públicos da Fundação Casa e como é a realidade do menor infrator nas periferias de São Paulo. O tema, tão denunciado pela mídia, entrou em pauta para analisarmos qual é o tratamento disponibilizado pelo Estado à criança e o adolescente. Agressões e humilhações foram constatadas pelos ex-funcionários, e também, pelo jovem, W.J., que passou pela Instituição por três vezes.

Acredito que falar da criança e do adolescente é o mesmo que trabalhar por uma sociedade mais justa e democrática. Quando percebemos que essa faixa etária é a responsável pelo futuro socioeconômico do país, entendemos a gravidade de deixá-los se matarem por conta própria. Ignorar que oito mil adolescentes estão presos por tráfico de drogas em São Paulo, e que cada dia mais, as Organizações Criminosas tomam conta do futuro do país, é fazer com que o Brasil dê um tiro no próprio pé.

Os resultados apresentados pela Fundação Casa mostram uma queda no número de internos. De três anos para cá, a Instituição, após tantos alertas, começou a agir e punir os servidores públicos vinculados à cultura doentia de “fazer justiça com as próprias mãos”. O número de funcionários demitidos por maus-tratos subiu 80% nos últimos anos, de acordo com o promotor Márcio Elias Rosa, ex-presidente da Instituição.

A pressão da mídia tem relação com esses dados. Segundo o diretor técnico da Fundação Casa, Adilson Fernandes, as repercussões que os atos infracionais tiveram na imprensa auxiliaram para que a Secretária de Justiça e Cidadania agisse e fiscalizasse melhor e mais rápido a Instituição. Esse é o papel social do jornalismo. Agir como cão de guarda para evitar os abusos de

poderosos, denunciar desmandos e buscar transformação. Esse é o papel social do Jornalismo.

Busquei, com este Trabalho de Conclusão de Curso, dar voz ao jovem negro, pobre e marginalizado da sociedade brasileira. A Fundação Casa, responsável pelos jovens infratores em internação, me mostrou que existe muito a se fazer para diminuir o número de reincidentes.

Após verificar todas as denúncias de maus-tratos e ouvir as explicações da Fundação Casa, percebi que o trabalho não deve se limitar as internações nas unidades de São Paulo. Para chegar a respostas concretas, a fiscalização deve abranger todo o sistema que cuida das medidas socioeducativas, como a liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade.

As técnicas aprendidas durante o curso me auxiliaram na elaboração das perguntas e, também, na execução das entrevistas. As aulas de como “costurar” as informações, no 1º semestre, nunca fizeram tanto sentido e foram tão utilizadas como agora.

Durante o curso de Jornalismo, aprendi que existem diversas maneiras de selecionar a informação e contar uma história. Mas, percebe-se que o jornalista é obrigado a seguir um padrão determinado pelo veículo em que trabalha. O jornalismo social foi limitado por interesses corporativos e políticos, que ferem drasticamente a democracia.

No entanto, compreender atitudes violentas do menor infrator, estudar o histórico familiar, escolar, psicológico, entender sobre o modo de vida do adolescente abandonado, pobre e criminoso, enxergar com os olhos deles, foi fundamental para eu crescer como pessoa e como jornalista, adotando como um propósito de trabalho e vida a busca de um mundo mais igual para todos.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, CLAUDIO, *A regra do jogo, o jornalismo e a ética do marceneiro*, Companhia das Letras, 1988.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Ética no Jornalismo*. São Paulo: Contexto. 2008

FEBEM. *Falando de Abrigo. Cinco anos de experiência do Projeto Casas de Convivência*. São Paulo. Editora Parma. 1997

KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. *Os Elementos do Jornalismo. O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: 2003

LAGE, NILSON, *Revista pauta geral-Estudos em jornalismo. Ponta Grossa, Vol.1, n.1, 2014*

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. 4. ed. São Paulo: Manole, 2004

PEREIRA, FABIO, *Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão*. 2004. Disponível em: <http://twixar.me/b4PK>. Acesso em: 25 de abril 2019

SOUZA, Adilson. *Integração SUAS/SINASE. O Sistema Socioeducativo e a Lei 12.594/2012*. São Paulo: Veras. 2012

ROMERO, Alberto. *O assunto é jornal*. Rio de Janeiro. Emp. Graf Ouvidor S.A [197-?]

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2004-2005. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2005. 2v.: il.

## APÊNDICE

### I – Autorização Márcio Elias Rosa




UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS  
CURSO DE JORNALISMO

#### AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE IMAGEM E/OU ÁUDIO

Eu, Márcio Evangelista Elias Rosa, portador do  
RG N° 11415420 e CPF N° 027.106.39435,  
autorizo, prévia e expressamente, o uso de minha imagem (foto e/ou vídeo) e/ou voz, bem como cedo os  
seus efeitos patrimoniais, nos termos do artigo 11 do Código Civil, para o **Instituto Presbiteriano  
Mackenzie** e para a **Universidade Presbiteriana Mackenzie**, sem qualquer custo, por tempo  
indeterminado, para utilização – sem fins lucrativos – em arquivos físicos e online, seja para consultas  
acadêmicas ou reproduções; em publicações experimentais acadêmicas, sejam elas eletrônicas ou  
impressas, desde que respeitem a finalidade educacional do trabalho para o qual assino esta autorização.

Para que surta os efeitos legais e estando de pleno acordo com esta autorização, firmo a presente,  
juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, 02 de 02 de 2019.

  
Cedente

Pai ou responsável (se for o caso)

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## II – Autorização Gledson Silva

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS  
CURSO DE JORNALISMO

**AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE IMAGEM E/OU ÁUDIO**

Eu, Gledson SILVA DEZATTO, portador do  
RG Nº 27.946.394-7 e CPF Nº 311051678-01,  
autorizo, prévia e expressamente, o uso de minha imagem (foto e/ou vídeo) e/ou voz, bem como cedo os  
seus efeitos patrimoniais, nos termos do artigo 11 do Código Civil, para o **Instituto Presbiteriano  
Mackenzie** e para a **Universidade Presbiteriana Mackenzie**, sem qualquer custo, por tempo  
indeterminado, para utilização – sem fins lucrativos – em arquivos físicos e online, seja para consultas  
acadêmicas ou reproduções; em publicações experimentais acadêmicas, sejam elas eletrônicas ou  
impressas, desde que respeitem a finalidade educacional do trabalho para o qual assino esta autorização.

Para que surta os efeitos legais e estando de pleno acordo com esta autorização, firmo a presente,  
juntamente com duas testemunhas.


São Paulo, 12 de 03 de 2019.

Gledson Silva Dezatto  
Conselheiro Titular do  
Círculo Presbiteriano de Teologia  
RG 27.946.394-7  
Cedente

\_\_\_\_\_  
Pai ou responsável (se for o caso)

Testemunhas:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### III – Autorização Mariana Piovezan



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS  
CURSO DE JORNALISMO

**AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE IMAGEM E/OU ÁUDIO**

Eu, MARIANA PIOVEZAN MONTEIRO, portador do  
RG Nº 42.250.932-2 e CPF Nº 355.896.302-35  
autorizo, prévia e expressamente, o uso de minha imagem (foto e/ou vídeo) e/ou voz, bem como cedo os  
seus efeitos patrimoniais, nos termos do artigo 11 do Código Civil, para o **Instituto Presbiteriano  
Mackenzie** e para a **Universidade Presbiteriana Mackenzie**, sem qualquer custo, por tempo  
indeterminado, para utilização – sem fins lucrativos – em arquivos físicos e online, seja para consultas  
acadêmicas ou reproduções; em publicações experimentais acadêmicas, sejam elas eletrônicas ou  
impressas, desde que respeitem a finalidade educacional do trabalho para o qual assino esta autorização.

Para que surta os efeitos legais e estando de pleno acordo com esta autorização, firmo a presente,  
juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, 10 de Abril de 2019.

  
Cedente

\_\_\_\_\_  
Pai ou responsável (se for o caso)

Testemunhas:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

1

Universidade Presbiteriana Mackenzie / CCL – Centro de Comunicação e Letras  
Rua Piauí, 143 – 2º andar – CEP: 01241-001 – Higienópolis – São Paulo – SP  
ccl@mackenzie.com.br – www.mackenzie.br – Fones: 2114-8320 / 8111 / 8736

IV- Autorização Adilson Fernandes



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS  
CURSO DE JORNALISMO

**AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE IMAGEM E/OU ÁUDIO**

Eu Adilson Fernandes de Souza, portador do  
RG N° 174.26379x e CPF N° 07980426846,  
autorizo, prévia e expressamente, o uso de minha imagem (foto e/ou vídeo) e/ou voz, bem como cedo os  
seus efeitos patrimoniais, nos termos do artigo 11 do Código Civil, para o **Instituto Presbiteriano  
Mackenzie** e para a **Universidade Presbiteriana Mackenzie**, sem qualquer custo, por tempo  
indeterminado, para utilização – sem fins lucrativos – em arquivos físicos e online, seja para consultas  
acadêmicas ou reproduções; em publicações experimentais acadêmicas, sejam elas eletrônicas ou  
impressas, desde que respeitem a finalidade educacional do trabalho para o qual assino esta autorização.

Para que surta os efeitos legais e estando de pleno acordo com esta autorização, firmo a presente,  
juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, 07 de Junho de 2019

  
\_\_\_\_\_  
Cedente

\_\_\_\_\_  
Pai ou responsável (se for o caso)

Testemunhas:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

V – Autorização Juarez Alves



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS  
CURSO DE JORNALISMO

**AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE IMAGEM E/OU ÁUDIO**

Eu, Juarez Alves, portador do  
RG Nº 2870999-3 e CPF Nº 176270016-68  
autorizo, prévia e expressamente, o uso de minha imagem (foto e/ou vídeo) e/ou voz, bem como cedo os  
seus efeitos patrimoniais, nos termos do artigo 11 do Código Civil, para o Instituto Presbiteriano  
Mackenzie e para a Universidade Presbiteriana Mackenzie, sem qualquer custo, por tempo  
indeterminado, para utilização – sem fins lucrativos – em arquivos físicos e online, seja para consultas  
acadêmicas ou reproduções; em publicações experimentais acadêmicas, sejam elas eletrônicas ou  
impressas, desde que respeitem a finalidade educacional do trabalho para o qual assino esta autorização.

Para que surta os efeitos legais e estando de pleno acordo com esta autorização, firmo a presente,  
juntamente com duas testemunhas.


São Paulo, 23 de fevereiro de 2019.

  
Gedente

\_\_\_\_\_  
Pai ou responsável (se for o caso)

Testemunhas:  
 - Larissa Ara  
 - Mariana Melissa

## VI - Autorização Ingrid Almeida

  
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS  
CURSO DE JORNALISMO

**AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE IMAGEM E/OU ÁUDIO**

Eu, Ingrid Almeida Caudero, portador do  
RG N° 32.623.374-X e CPF N° 063960229-70  
autorizo, prévia e expressamente, o uso de minha imagem (foto e/ou vídeo) e/ou voz, bem como cedo os  
seus efeitos patrimoniais, nos termos do artigo 11 do Código Civil, para o **Instituto Presbiteriano  
Mackenzie** e para a **Universidade Presbiteriana Mackenzie**, sem qualquer custo, por tempo  
indeterminado, para utilização – sem fins lucrativos – em arquivos físicos e online, seja para consultas  
acadêmicas ou reproduções; em publicações experimentais acadêmicas, sejam elas eletrônicas ou  
impressas, desde que respeitem a finalidade educacional do trabalho para o qual assino esta autorização.

Para que surta os efeitos legais e estando de pleno acordo com esta autorização, firmo a presente,  
juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, 24 de Maio de 2019

Ingrid Almeida Caudero  
Cedente

\_\_\_\_\_  
Pai ou responsável (se for o caso)

Testemunhas:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Universidade Presbiteriana Mackenzie / CCL – Centro de Comunicação e Letras  
Rua Paul, 143 – 2º andar – CEP. 01241-001 – Higienópolis – São Paulo – SP  
ccl@mackenzie.com.br – www.mackenzie.br – Fones: 2114-8320 / 8111 / 8736